

CRENÇAS MATEMÁTICA E RELIGIOSA: ALGUMAS (DES)SEMELHANÇAS

Edilson Roberto Pacheco
UNICENTRO - Brasil

Ao mestre, com apreço.

No conjunto de definições para “matemática”, encontra-se: é a ciência dos números; a ciência das grandezas e formas; a ciência que estuda os objetos abstratos e as relações entre eles; é o corpo de conhecimento centrado nos conceitos de quantidade, estrutura e espaço; a ciência dos padrões numéricos; a ciência do infinito; o ato de explorar conceitos a fim de estabelecer novas conjecturas e deduções; é o estudo de axiomas e definições via método dedutivo; uma linguagem com estrutura lógica; é uma ciência não-natural; uma disciplina acadêmica; uma experiência intelectual.

De forma notória há a idéia de que matemática é aquilo que os matemáticos definem como tal ou ainda aquilo que eles fazem. Dessa maneira, para responder à questão que tem sido recorrente sobre o que é matemática, há uma pluralidade de respostas, algumas já consideradas clássicas, outras semelhantes entre si por se diversificarem um pouco das já postas, outras ainda menos parecidas às categorias anteriores.

Dentre essas afirmações acerca do que é matemática estão algumas elencadas em dicionários, outras atribuídas a matemáticos de destaque na história. No apontamento de Abbagnano (2000), a palavra matemática é vinculada ao vocábulo grego *matema*, o qual significa “tudo o que é objeto de aprendizagem”. Para alguns autores a definição de matemática muda com o tempo. Historicamente, segundo Devlin (2005), com os gregos a matemática deixou de ser somente uma quantidade de técnicas para se efetuar medições, contagem e cálculos e passou a adquirir natureza de disciplina acadêmica. Em vista disso, as asseverações passaram a ser possíveis de comprovações formais por meio de demonstrações, para o que utiliza-se de pressupostos lógicos. Ainda, conforme o autor, a partir do século XVII, com o surgimento do cálculo infinitesimal, a natureza dos estudos matemáticos mudou e a matemática tornou-se também o estudo dos números, da forma, do movimento e do espaço. Dos campos da matemática (Geometria, Álgebra e Análise) muitos novos ramos foram surgindo desde o final do século XIX, o que tornou a atividade matemática vultosa. Nesse amálgama de conhecimento, questões de natureza filosófica têm sido postas, dentre as quais se podem evidenciar as seguintes: “Onde está a matemática?”

“A matemática é criada ou descoberta?”. Num lampejo de reflexão, pode-se concluir que se ela é descoberta, implica que já exista e, se é criada, pressupõe-se que não existia e, em determinado momento, passou a existir. Se ela é descoberta, quem a descobriu? Se é criada, quem a criou?

Das periodizações da matemática, embora diferentes, presentes nas narrativas históricas em referências clássicas, pode-se inferir que a idade da matemática é a própria idade do homem, se considerada como conseqüente da atividade humana. Nessa via, para alguns, a matemática é produto da criação divina e, por assim ser, há a crença de que a natureza dela é exata, perfeita. No exercício dessa crença estão as estruturas que servem a ela e a justificam, tais como axiomas, postulados e teoremas. Para outros, a existência da matemática está na mente humana, ou seja, no “pensamento matemático”, lógico, razão pela qual é compreendida como *perene*, independente de uma criação pré-existente.

Para Dewdney (2000) toda a matemática já conhecida e a que ainda está por ser descoberta encontra-se em um lugar (o *holos*), cuja manifestação se dá onde os objetos matemáticos são expressados (no *cosmo*). Portanto, os conceitos e as leis matemáticas ordenam-se nesse espaço universal onde as relações humanas efetivam-se e tomam significado.

Se os objetos da matemática são os objetos conceituais cuja realidade reside na consciência ordinária das mentes humanas, então, estes conceitos matemáticos compartilhados podem constituir os dogmas da crença matemática. (DAVIS; HERSH, 1995, p.112)

A despeito da aparente dicotomia, similarmente à matemática as relações entre o homem e o universo expressam-se também em dogmas e crenças no âmbito das religiões. As leis da matemática são, por vezes, como os dogmas religiosos, compartilhados em um corpo doutrinário em que se manifesta a crença. A crença religiosa, por sua vez, se relaciona usualmente à idéia de existência e reconhecimento de uma divindade ou ainda à idéia de divindades e a sua influência na vida humana, seja esta exercida diretamente ou por meio de intermediários. Há que se notar que a crença religiosa tem sido objeto de estudos de diversos campos do conhecimento, como, dentre outros, a Sociologia, a História, a Antropologia, a Filosofia, a Psicologia, os quais dela tratam como um conjunto abstrato de idéias, valores, ou experiência de uma cultura.

Em uma aproximação com o sentido do vocábulo, tem-se que crença é a atitude de quem adere a uma proposição como verdadeira, ou seja, é uma convicção profunda, a qual pode extrapolar, no domínio religioso, certezas científicas, o que coloca, assim, convicções científicas e religiosas no mesmo patamar.

Segundo Abbagnano (2000), religião é a crença na garantia sobrenatural de salvação, e um conjunto de modos desencadeados para se obter e conservar essa garantia. Essa origem sobrenatural, não implica, necessariamente a existência de uma divindade e, portanto, a relação com a divindade não é indispensável à religião, referida também como um sistema de convicções pessoais compartilhado e a um conjunto de práticas relacionadas, expressas em rituais e na aceitação de determinados códigos.

Algumas religiões caracterizam-se por possuírem um centro de convergência de crença, coligado a uma divindade, a qual pode ser única múltipla, como aquelas que depositam sua crença em vários seres superiores (as politeístas) ou ainda as que comungam

da doutrina da unicidade da divindade (as monoteístas), cujas histórias são encontradas, primordialmente, nos livros considerados sagrados.

A esse respeito, tido como o “Livro dos Livros”, a nenhum outro documento é atribuída a relevância que a Bíblia produziu na história da humanidade, seja por ter tido uma difusão tão universal e exercido influências e provocado alterações de padrões estabelecidos, seja por ter produzido efeito na transformação e no desenvolvimento do pensamento ocidental. Os relatos ali contidos, contextualizados histórica e geograficamente, revelam a gesta de povos e suas relações com o Deus único, visto que, nessa correspondência com a divindade, religiões monoteístas foram sendo paulatinamente estabelecidas: o Judaísmo, o Cristianismo e o Islamismo.

O verso bíblico “*No princípio criou Deus os céus e a Terra*” (Bereshit 1.1), composto de sete palavras, em hebraico¹, inicia o primeiro livro do Pentateuco² (a Torá). Disso decorre a admissão de que as primeiras criações trazidas à existência no universo são produtos da expressão da vontade de um Criador, o qual é, portanto, pré-existente a elas. As demais criações também são ilustradas no mesmo livro o qual, nos primeiros capítulos, elucida o princípio de tudo.

O Judaísmo se fundamenta sobre a crença monoteísta em YHWH³ (Yaweh), a esperança da vinda do messias e na eleição do povo de Israel como escolhido para receber, por intermédio de Moisés⁴, a revelação da Lei (Torá) que contém os mandamentos⁵ de Deus. O princípio básico do Judaísmo é a unicidade absoluta de Yaweh, declarada no primeiro discurso de Moisés, contido no Tanach⁶ (Devarim 4.35), e na exposição dos mandamentos a partir do preceito: “*Não terás outros deuses diante de Mim!*” (Shemót 20.2). Nos estatutos e juízos de Deus, ordenados ao povo por meio de Moisés, está a declaração de unicidade de Deus: *Shemá Yisrael, Hashem Elohênu, Hashem Echad*⁷ “*Escuta, Israel! O Eterno é nosso Deus, o Eterno é um!*” (Devarim 6.4). No livro de Isaías, Deus recorda ao povo sobre sua ação e sua unicidade: “*Lembrai-vos das coisas passadas da antigüidade: que eu sou Deus, e não há outro, eu sou Deus, e não há outro semelhante a mim.*” (Is 46.9).

Nessa perspectiva, o princípio básico é de que existe um primeiro Ser que fez existir todas as coisas existentes, e, se for suposto que ele não existia, então, nenhuma outra coisa poderia possivelmente existir.

¹

אֵל בְּרֵשִׁית, בָּרָא אֱלֹהִים אֶת הַשָּׁמַיִם וְאֶת הָאָרֶץ
[Bereshit bará Elohim et hashamáim ve'et ha'áretz]

² Conjunto dos cinco primeiros livros da Bíblia hebraica.

³ Tetragrama que representa o nome de Deus, em hebraico. Também escrito *D-us*, *Adonai* (meu Senhor) e *Ha-shem* (O Nome).

⁴ Um verso bíblico declara que Moisés transmitiu a Torá (Pentateuco) de Deus para o povo judeu: “*Moisés nos mandou a Torá como uma herança para a comunidade de Jacó*” (Devarim 33.4).

⁵ São 613 os mandamentos (*mitzvot*) que, segundo o Judaísmo, estão contidos na Torá.

⁶ ou “Tanakh” תנ"ך, corresponde ao conjunto de textos e que contém a Torá, o Nevi'im (Profetas) e o Ktuvim (outros escritos ou escritos sagrados). É a Bíblia Hebraica.

⁷ No vocábulo hebraico *echad* está subjacente à inexistência de outro; há um só, não há igual em sua espécie e gênero.

Já o Cristianismo, surgido a partir do primeiro século, é compreendido e professado pelos cristãos⁸ (tanto das correntes católico-romana como das protestantes), e assenta-se sobre os fundamentos da divindade de Jesus Cristo como filho único de Deus e o messias predito pelos profetas (Is 9.6-7; Is 53; Jr 31.15; Dn 9.24-27; Mq 5.2; Zc 9.9, 12.10), e também sobre a crença na Trindade, no pecado original e na redenção.

Jesus, ao responder aos escribas fariseus sobre qual é o principal mandamento, reporta-se ao trecho da lei judaica sobre a unicidade de Deus⁹, além do que afirma sua unidade com o Pai (Jo 10.30). A assertiva de um Deus único também se encontra no Evangelho de João (Jo 17.3) e na epístola de Tiago (2.19). Do conjunto de ensinamentos de Jesus Cristo, o Cristianismo, ao longo da história, institucionalizou-se e ramificou-se em correntes distintas (católicos, ortodoxos, protestantes), devido às diversas interpretações bíblicas e divisões doutrinárias internas¹⁰.

A religião do Islam¹¹ crê na unicidade de Deus mas não considera a divinização de Jesus. A profissão de fé do muçulmano é atestar que não existe divindade fora de Deus (Allah) e que Mohammad¹² é o Enviado de Deus, conforme o livro sagrado Alcorão: "Dize: Ele é Deus, o Único. Deus! O Absoluto! Jamais gerou ou foi gerado. E ninguém é comparável a Ele." (112^asurata:1 ao 4); "Vosso Deus é Um só. Não há mais divindade além d'Ele, o Clemente, o Misericordiosíssimo." (2^asurata:163). O Islã alicerça-se sobre os cinco pilares¹³: profissão de fé, oração ritual, tributo, jejum e peregrinação a Meca. Conforme Jomier (2001), o Islã tem se configurado como aperfeiçoador do Judaísmo e do Cristianismo, sendo que, para o muçulmano, Moisés e Jesus foram mensageiros de Deus, profetas, e Mohammad é o mais recente e último portador da revelação de Allah.

⁸ Denominação que aparece pela primeira vez na Bíblia no livro de Atos (11.26).

⁹ Devarim [Deuteronômio] 6.4.

¹⁰ O Cisma, a divisão da unidade da igreja cristã em Igreja Católica Apostólica Romana e a Igreja Católica Ortodoxa, em 1054, devido a discussões teológicas e à rejeição pelo Patriarca de Constantinopla da autoridade do Papa. Na Igreja Ortodoxa se crê na Trindade e na natureza humana e divina de Jesus Cristo. O Protestantismo é originário da Reforma ocorrida na Europa no século XVI. Martinho Lutero, teólogo alemão desenvolveu outra visão teológica e, por ter afixado na porta de uma igreja suas 95 Teses contra o que julgava ser abuso da Igreja, especialmente em relação à venda de indulgências, foi excomungado pelo Papa. Após ter traduzido a Bíblia para o alemão e ter escrito tratados teológicos, morreu em 1546.

¹¹ Grafado também como *islã*, ou *islão* = resignação, submissão.

¹² Muhammad, *Moḥammed* (*Maomé*) nasceu em Meca em 570. Perdeu os pais na infância e, aos quarenta anos de idade recebeu, por intermédio do anjo Gabriel, a revelação de Allah para convocar os árabes à adesão para o Islam. Relata-se que durante vinte e três anos Maomé foi receptor da mensagem, a qual compõe o Alcorão Sagrado. Morreu em Medina, em 632.

¹³ 1. Profissão de fé (*chahada* ou *shahada* = testemunho): لا إله إلا الله محمد رسول الله [*lā 'ilaha 'illā-lāhu Muhammadur rasūlu llāhi*]. Traduções em português: "Não há outro deus além de Deus; Muhammad é o mensageiro de Deus; Não outra divindade além de Allah; Muhammad é o seu profeta". 2. Oração (*salat* ou *Salah*) constituída de cinco orações rituais cotidianas que cada muçulmano deve realizar voltado para Meca; 3. Tributo (*zakat* ou *zakah* = crescer, purificar): um imposto sobre uma porcentagem da riqueza da pessoa; 4. Jejum durante todo o nono mês do calendário islâmico [Ramadã], observado do alvorecer ao pôr-do-sol, aplicado também ao fumo e às relações sexuais. O Ramadã (ou Ramadan, Ramadão) é o único mês mencionado pelo nome no Alcorão: "O mês do Ramadão foi o mês em que foi revelado o Alcorão, orientação para a humanidade e evidência de orientação e discernimento." (2^asurata:185); 5. Peregrinação (*Hajj* ou *Hadj*) a Meca, cidade santa para os muçulmanos. O Hajj é obrigatória pelo menos uma vez na vida para todo o muçulmano adulto, que disponha de saúde e recursos financeiros para tal.

É inegável que nas religiões monoteístas, princípios as caracterizam e as distinguem simultaneamente (BOWKER, 1997). Para além de algumas semelhanças dogmáticas ente religiões monoteístas, há, evidentemente, aspectos que tornam doutrinas distintas incompatíveis e inconciliáveis, até mesmo internamente a cada uma delas e isso tem se refletido histórica e politicamente. Ainda, no que concerne a questões religiosas, o ponto comum (e distinto, ao mesmo tempo) é a adesão a asserções tidas como verdadeiras, ou seja, o exercício da crença.

No encaixo de tais inter-relações, religião e ciência têm sido temas de conjecturas, tanto de ordem filosófica quanto teológica e, na esteira disso, estão ensaios e tratados que versam sobre o tema matemática e religião e que resultam em inferências às possíveis conexões entre esses notes. Apesar das aparentes características díspares, algumas reflexões têm situado, em específico, matemática e religião num patamar em que naturezas análogas são observadas por determinadas vias de compreensão.

Se tomada como foco a questão da crença, a adesão a uma verdade religiosa é, de forma prevaiente, uma abstração. Acreditar sem ver, sem ter necessidade de provas, traduz-se no que se costuma denominar de “um ato de fé”. Na carta aos Hebreus (Hb 11.1) encontra-se a definição para fé¹⁴ adotada e professada por muitas correntes cristãs, inclusive como sinônimo de crença. A singularidade da questão da existência de Deus passa a ser, assim, um ato de fé e, dessarte, não carece de prova ou demonstração. Nessa esfera de reflexão, Smith (2006) exemplifica o argumento de Tomás de Aquino¹⁵: “o que pertence à fé não pode ser demonstrado, porque uma demonstração produz conhecimento, enquanto a fé diz respeito ao que não é visto. Portanto, não se pode demonstrar que Deus existe”.

A incontestabilidade de preceitos que permeiam e nutrem a crença religiosa é, em sua maioria, um legado de tradições sob a forma de doutrinas, em que uma verdade religiosa torna-se dogma, (ponto fundamental, indiscutível), cuja veracidade é inquestionável.

Nessa mesma senda de compreensão, muitas são as consideradas “verdades matemáticas”, isto é, proposições evidentes por si, que, por assim serem, não são condicionadas à comprovação, demonstração, como, por exemplo, a seqüência inicial de definições, postulados e noções comuns que iniciam o notável compêndio de matemática – os *Elementos* de Euclides – e que são utilizados no desenvolvimento das proposições que permeiam a obra. As noções comuns expressam verdades evidentes (axiomas) e os postulados o que se propõe ser admitido, e dizem respeito a determinados elementos geométricos. Axiomas e postulados, em sua maioria, são afirmações patentes de crença, sem necessidade de provas, e que servem a demonstrações.

A adesão a determinadas verdades matemáticas, no entanto, passa pelo crivo do pensamento de que esses pontos ou idéias são tomados como partida para se estruturar um raciocínio, e, sobre tais premissas, fundamentos de verdade vão se construindo e se constituindo em estruturas que se justificam pela apresentação de demonstrações (provas), denominadas teoremas. Algumas enunciações, em matemática, tidas como teoremas, já se

¹⁴ “... fé é a certeza de coisas que se esperam, a convicção de fatos que se não vêem.”

¹⁵ São Tomás de Aquino (1225 -1274) foi frade italiano, dominicano e teólogo.

tornaram quase que auto-evidentes, o que, conseqüentemente, subjetiva a definição de teorema.

Enquanto a matemática é olhada como a imagem de um arcabouço coerente resultante do reconhecimento de um princípio evidente ou de uma demonstração num processo pelo qual uma proposição sobre algo abstrato pode ser demonstrada com certeza, em religião, apesar da peculiaridade que a caracteriza como tradição da crença em certos dogmas, historicamente sempre houve contestações e necessidades de comprovações de certos episódios bíblicos. Por vezes, é possível encontrar visões polarizadas acerca de conceitos de veracidade e autenticidade a textos bíblicos.

Nesse ensino, a arqueologia bíblica tem subsidiado muitos pesquisadores, tanto crentes quanto céticos, bem como estudiosos do tema. Como método científico, a arqueologia bíblica, cujo objeto de investigação é a Bíblia, pode revelar informações históricas, geográficas, antropológicas, geológicas que se amoldam também a significações de natureza filosófica e teológica, de retificação ou ratificação de fatos.

Escavações realizadas no Oriente Médio nos últimos decênios forneceram aos cientistas elementos importantes à interpretação dos relatos narrados no Livro dos Livros, visto que tais descobertas constituem-se em dados objetivos que, após analisados, são tomados, por muitos, como provas da legitimidade de alguns eventos bíblicos¹⁶. Exemplos disso (LAPPLE, 1984; KELLER, 1995) se tornaram manifestos, como: o lendário casco no Monte Ararat¹⁷, encontrado e fotografado no final da década de 1950, o qual é relacionado com o episódio contido no livro do Gênesis (8.4), como sendo o vestígio da Arca de Noé. Da mesma forma, o conjunto de pergaminhos, achados em 1945 no Egito, passou a ser conhecido como “A Biblioteca de Nag Hamadi”¹⁸ e constitui-se de textos escritos em copta, que se denominaram “Evangelhos gnósticos”. Também os Pergaminhos do Mar Morto¹⁹, (ou manuscritos do Mar Morto) são uma coleção de mais de 800 textos escritos em hebraico, aramaico e grego, entre o século II a.E.C. e o primeiro século E.C. e descobertos entre 1947 e 1956 em cavernas nas proximidades de Qumran, a noroeste do Mar Morto, em Israel. Esses textos são fragmentos bíblicos que contêm partes das escrituras hebraicas e regras da comunidade dos essênios e também escritos considerados apócrifos.

Esses fatos e tipos de documentos, confirmam e fortalecem a crença?

É concordante que o conhecimento que a arqueologia bíblica produz não objetiva demonstrar a verdade bíblica, haja vista que muitos acontecimentos citados nas narrativas têm significados distintos em contextos distintos, de modo que, na arqueologia, buscam-se explicações concretas para passagens bíblicas. Mas, em meio a todas essas questões, como é possível pensar a crença na existência de Deus? Nas religiões monoteístas o cerne é a crença na existência de um ente supremo e o culto prestado à divindade única. Portanto, humanamente, o pressuposto é crer que Deus existe e estabelecer uma relação (religião) com a divindade que não se vê. Apesar do relato bíblico em que Deus falou face a face com Moisés (Ex 33.11), este não viu a face de Deus e, logo adiante, no texto está assegurado que

¹⁶ Em 1991, foi descoberta a denominada Tumba de Caifás. Também foi encontrado, em 2007, o túmulo de Herodes. (*The Biblical Archaeology Review*, by the Biblical Archaeology Society).

¹⁷ Montanha entre a Armênia e a Turquia.

¹⁸ Aldeia localizada a cerca de 220 km ao noroeste de Assuan.

¹⁹ Expostos no Santuário do Livro, no Museu de Israel, em Jerusalém.

nem homem algum verá (Ex 33.20, 23). Acreditar nessa ocorrência também é um exercício da crença, pois crê-se a partir do que está relatado nos textos considerados sagrados, de modo que a relação com a divindade é uma operação abstrata. Isso significa dizer que Deus só pode ser compreendido por meio do processo de abstração e, por assim ser, imbuído de subjetividade.

E aqui se encontra ainda mais um ponto de contato da religião com a matemática, uma vez que abstração também é a natureza da atividade matemática. Davis e Hersh (1995) afirmam que um dos grandes focos da matemática moderna é a formação abstrata e, enquanto para muitos os conceitos de números, pontos, retas e equações são abstratos, para grande parte dos matemáticos já são elementos que se encontram na categoria de concretos.

Em vista disso, compreende-se que o exercício da faculdade intelectual matemática diz respeito a alcançar um tal nível de abstração que, para muitos matemáticos, é a própria natureza da matemática, o exercício matemático. Nesse nível, demonstrações em teoremas são efetuadas com a propriedade da linguagem simbólica, e, muito desse conhecimento é aplicável no mesmo universo. Então, provar teoremas tornou-se uma das principais atividades dos matemáticos denominados puros.

Assim como na matemática inúmeras proposições aguardam por demonstrações, muitas desobertas arqueológicas ainda poderão subsidiar a ciência no sentido de comprovar ou não certos fatos tidos como inquestionáveis na amplitude das religiões. Cabe perguntar se há afirmações matemáticas com a natureza de teorema que não são demonstráveis. No século XX, o “Teorema da Incompletude” de Gödel mostrou que não é possível atingir a completude de uma teoria axiomática, ou seja, há proposições que são indecidíveis e indemonstráveis dentro de um determinado sistema e, por assim ser, não há garantia de que não surjam eventuais inconsistências. A consistência só poderia ser demonstrada a partir de uma teoria mais geral, a qual necessitaria de outra ainda mais abrangente e assim de por diante. Demonstrar o indemonstrável parece paradoxal.

Observadas nas searas distintas da ciência e da fé, obviamente há aspectos antagônicos entre matemática e religião, todavia, a crença em dogmas, característica da religião, pode ser observada no âmbito da matemática se os significados para certas afirmações forem verdades evidentes. Portanto, matemática e religião podem ser vistas como campos em que a crença em pressupostos está presente e se constrói sobre seus próprios fundamentos (a partir dessas crenças). Desse modo, assentir proposições matemáticas sem necessidade de linguagens que expressem provas assemelha-se ao ato de admitir, com convicção, as exposições escritas sobre acontecimentos relativos às religiões, bem como preceitos. Nessa configuração, de forma similar os caracteres de verdade tornam-se presentes. Nas religiões monoteístas, Deus é uma verdade evidente por si e tem de ser admitida necessariamente, mesmo não sendo demonstrável, ou seja, é uma espécie de axioma da existência. Disso decorre que seguir pelos caminhos religiosos e admitir uma religiosidade monoteísta é aceitar esse pressuposto e tê-lo como verdadeiro.

Algumas tentativas de articulações entre matemática e religião têm sido feitas no sentido até mesmo de considerar matemática como uma espécie de religião. Mas, isso é plausível? Se na religião há estabelecido um conjunto de dogmas que se constituem numa teologia, um *corpus* que se põe credenciado a proporcionar conhecimento sobre a natureza de Deus, na matemática encontra-se um conjunto de definições e relações que se

estabelecem em linguagem própria e derivam outras relações e que fazem a própria natureza matemática.

Dependendo da direção que se tome, é possível verificar a existência de um corpo doutrinário, rígido, consistente no âmbito da matemática. Por outro lado, se há ingredientes, por assim dizer, “matemáticos” na esfera religiosa, de que natureza seriam eles? Há matematicidade na religião, ou seja, afirmações demonstráveis mas que são assumidas sem demonstração? Há indemonstráveis na matemática? É possível demonstrar a existência ou inexistência de Deus?

Que conhecimento se busca com a matemática? Fazer cálculos com números, manipular estruturas simbólicas que representam grandezas e formas, estudar e estabelecer relações entre objetos abstratos, instaurar novas conjecturas, deduzir novos teoremas, estruturar definições, enfim, desenvolver um “conhecimento intelectual”, uma aplicabilidade no *cosmo* onde ela é manifesta, transcender.

O que se busca com a religião? Conhecer mais sobre a divindade, sobre a sua natureza, seus atributos, suas relações com o homem e com o *cosmo*; estabelecer relação com a divindade; desenvolver a crença; enfim, agir com esse cabedal teológico e assim, depurar-se.

Destarte, numa analogia à afirmação de Platão de que “a idéia do bem é a mais elevada das ciências” (Rep. VII, 505a.), busca-se o mais sublime conhecimento, o *matema*.

Referências

- ABBAGNANO, N. *Dicionário de Filosofia*. 4.ed. Trad. Alfredo Bosi. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- ALCORÃO SAGRADO EM LÍNGUA PORTUGUESA. Trad. Samir El-Hayyek. Disponível em: <http://www.arresala.org.br/not.php?op=84>. Acesso: 29.jun.2007
- BÍBLIA de Jerusalém. São Paulo: Paulus, 2002.
- BÍBLIA Hebraica. Trad. Jairo Fridlin e David Gorodovits. São Paulo: Sêfer, 2006.
- BOWKER, J. *Para entender as religiões*. Trad. Cássio A. Leite. São Paulo: Ática, 1997.
- BOYER, C. *História da Matemática*. 2.ed. Trad. Elza F. Gomide. São Paulo: Edgar Blücher, 1996.
- DAVIS, P.; HERSH, R. *A Experiência Matemática*. Lisboa: Gradiva, 1995.
- DEVLIN, K. *O Gene da Matemática*. Trad. Sergio M. Rego. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- DEWDNEY, A. K. *20.000 Léguas matemáticas: um passeio pelo misterioso mundo dos números*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. (Ciência e Cultura)
- HEATH, T. *Euclid. The Thirteen Books of the Elements*. 2nd ed. New York: Dover, 1956.
- HOUAISS, A.; VILLAR, M. S.; FRANCO, F. M. M. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- JEWISH ENCYCLOPEDIA.com
- JOMIER, J. *Islamismo: história e doutrina*. Trad. Luiz J. Baraúna. Petrópolis: Vozes, 2001.
- KELLER, W. *E a Bíblia tinha razão...* 22.ed. Trad. João Távora. São Paulo: Melhoramentos, 1995.
- LAPPLE, A. *A Bíblia Hoje*. 3.ed. Trad. José R. Vidigal. São Paulo: Paulinas, 1984.

- PLATÃO. *A República*. Trad. Maria Helena R. Pereira. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 1993.
- SHEDD, R. (Ed.). *Bíblia Shedd*. Trad. João F. de Almeida. 2.ed. São Paulo: Vida Nova, 1997.
- SMITH, P. *Dez Provas da Existência de Deus*. São Paulo: Alameda, 2006.

Edilson Roberto Pacheco
Departamento de Matemática da
Universidade Estadual do Centro-Oeste,
Unicentro – Guarapuava, PR.

E-mail: edilsonroberto@yahoo.com.br